

O Globo – 19/12/2010

Reserva Global de Reversão serviria para compra de ativos

Governo deve prorrogar taxa de 1957 nunca utilizada para sua finalidade

Vigência do encargo acabaria agora. Recursos arrecadados somam R\$15 bi

Ramona Ordoñez e Gustavo Paul / RIO e BRASÍLIA.

Um dos encargos setoriais cobrados na conta de luz, a Reserva Global de Reversão (RGR) foi criada em 1957 para arrecadar recursos destinados à compra pela União de ativos de geração, transmissão ou distribuição em eventuais casos de fim da concessão pelas empresas. Nunca, entretanto, a taxa foi usada para este fim: os recursos passaram a ser aplicados nos mais diversos programas e, atualmente, somam R\$15 bilhões em caixa. A vigência do encargo venceria no próximo dia 31. Mas o governo deve editar uma medida provisória prorrogando sua validade.

Entre os programas que usam o dinheiro da RGR estão universalização da energia, desenvolvimento de fontes complementares de energia, programas de eficiência energética e até mesmo o custeio das atividades da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O Decreto nº 4.873/2003 prevê a extinção da RGR, que representa 1,23% nas contas de luz dos consumidores, no próximo dia 31.

Arrecadação de R\$1,26 bi somente em 2008

O presidente do instituto **Acende Brasil**, **Claudio Sales**, destacou que a RGR não tem motivos para continuar existindo, até porque depois da aplicação de recursos em diversos programas, ainda sobra dinheiro.

- Não venha o governo alegar que não pode acabar com a RGR porque precisa dos recursos para os diversos fins para os quais os utiliza. Esse encargo pode acabar, pois o Fundo RGR tem recursos em caixa bem elevados - afirmou Salles.

O executivo lembrou que a tendência é que os gastos realizados em alguns programas onde o governo aplica os recursos do RGR sejam cada vez menores, como é o caso do Luz para Todos: o programa está praticamente atingindo os níveis máximos de atendimento à população de todo o país.

O caso da RGR deixa claro a complexidade do cruzamento dos recursos dos encargos e a falta de transparência dos mesmos. Segundo o presidente do **Acende Brasil**, somente em 2008, o governo arrecadou via RGR R\$1,26 bilhão.

- Se o governo realmente prorrogar mais uma vez a RGR é um absurdo, um desrespeito com o consumidor - criticou Salles.

A RGR, explica, vem sendo constantemente prorrogada por meio de decreto.

- O absurdo da RGR é que seus recursos nunca foram usados para os fins para os quais foi criada e, além disso, estão sobrando recursos.

O especialista em energia Raimundo de Paula Batista também defendeu o fim da cobrança da RGR. Batista não vê motivos para os consumidores continuarem pagando mais essa conta.

- A cobrança da RGR já deveria ter sido extinta há muito tempo - disse.

Além da RGR, a Eletrobras administra os recursos da CDE (Conta de Desenvolvimento Econômico) e da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis). A arrecadação dos demais encargos é repassada pelas distribuidoras ao governo federal.

Batista lembrou que a maior parte dos recursos que deveriam ser destinados à operação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acabam sendo contingenciados pelo governo federal.



Governo deve prorrogar taxa de 1957 nunca utilizada para sua finalidade

Vigência do encargo acabaria agora. Recursos arrecadados somam R\$ 15 bi

Ramona Ordoñez e Gustavo Paul

• RIO e BRASÍLIA. Um dos encargos setoriais cobrados na conta de luz, a Reserva Global de Reversão (RGR) foi criada em 1957 para arrecadar recursos destinados à compra pela União de ativos de geração, transmissão ou distribuição em eventuais casos de fim da concessão pelas empresas. Nunca, entretanto, a taxa foi usada para este fim: os recursos passaram a ser aplicados nos mais diversos programas e, atualmente, somam R\$ 15 bilhões em caixa. A vigência do encargo venceria no próximo dia 31. Mas o governo deve editar uma medida provisória prorrogando sua validade.

Entre os programas que usam o dinheiro da RGR estão universalização da energia, desenvolvimento de fontes complementares de energia, programas de eficiência energética e até mesmo o custeio das atividades da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O decreto 4.873/2003 prevê a extinção da RGR, que representa 1,23% nas contas de luz dos consumidores, no próximo dia 31.

Arrecadação de R\$ 1,26 bi somente em 2008

O presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Salles, disse que a RGR não tem motivos para continuar existindo, até porque depois da aplicação de recursos em diversos programas ainda sobra dinheiro.

— Não venha o governo alegar que não pode acabar com a RGR porque precisa dos recursos. Esse encargo pode acabar, pois o Fundo RGR tem



recursos em caixa bem elevados — afirmou Salles.

Ele lembrou que a tendência é que os gastos realizados em alguns programas onde o governo aplica os recursos do RGR sejam cada vez menores, como é o caso do Luz para Todos: o programa está praticamente atingindo os níveis máximos de atendimento à população de todo o país.

O caso da RGR deixa claro a complexidade do cruzamento dos recursos dos encargos e sua falta de transparência. Segundo o presidente do Acende Brasil, somente em 2008 o

governo arrecadou, via RGR, R\$ 1,26 bilhão:

— Se o governo realmente prorrogar mais uma vez a RGR é um absurdo, um desrespeito com o consumidor — criticou Salles, lembrando que a RGR vive sendo prorrogada por meio de decreto. — O absurdo da RGR é que seus recursos nunca foram usados para os fins para os quais foi criada e, além disso, estão sobrando recursos.

O especialista em energia Raimundo de Paula Batista também defendeu o fim da cobrança da RGR. Ele não vê motivos para os consumidores continua-

QUEM É QUEM NO SETOR ENERGÉTICO

• **ONS:** O Operador Nacional do Sistema Elétrico é responsável pela coordenação da operação do sistema elétrico em todo país, determinando a geração de cada usina.

• **EPE:** A Empresa de Pesquisa Energética é responsável pelo planejamento do setor elétrico, com estudos sobre a necessidade futura de atendimento ao mercado de energia no país.

• **ANEEL:** A Agência Nacional de Energia Elétrica é o órgão regulador e fiscalizador do setor elétrico no país.

• **ELETROBRAS:** É a estatal holding do setor.

rem a pagar mais essa conta.

— A cobrança da RGR já deveria ter sido extinta há muito tempo — disse.

Além da RGR, a Eletrobras administra os recursos da CDE (Conta de Desenvolvimento Econômico) e da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis). A arrecadação dos demais encargos é repassada pelas distribuidoras ao governo federal.

Batista lembrou que a maior parte dos recursos que deveriam ser destinados à operação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acaba contingenciada pelo governo federal. ■